



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de serviços especializados e continuados de transporte rodoviário de cargas, sob demanda, entre as unidades deste Tribunal, bem como em outras que venham a ser instaladas pelo TRESA.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A presente contratação tem por motivação a necessidade de manutenção dos serviços de transporte de cargas da sede do TRESA para as Zonas Eleitorais, destas para o TRESA e, eventualmente, entre as Zonas Eleitorais.

2.2. Objetivos e Benefícios

Espera-se, por meio desta contratação, atender às demandas das unidades da Justiça Eleitoral por transporte de cargas entre elas dentro dos limites do Estado de Santa Catarina, de forma mais ágil, econômica e segura.

2.3. Alinhamento Estratégico

OE4.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares foram juntados ao PAE n. 41.616/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista para a presente contratação contempla as necessidades de movimentação de cargas de todas as unidades de TRESA, sendo maiores demandantes as seguintes:

- Seção de Gestão de Ativos de TI, da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica (SGATI/CSIT), relativamente a equipamentos de informática;
- Seção de Administração de Urnas, da Coordenadoria de Eleições (SAU/CE), relativamente a urnas eletrônicas;
- Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços (SAEM/CIS), quanto a móveis e demais equipamentos.

Diante disso, cada uma das unidades citadas tem sua demanda específica e sazonal em alguns casos, sendo que a melhor representação da relação entre demanda prevista e a contratada é o confronto entre os valores do custo estimado e os valores efetivamente executados demonstrados no item 2.10.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de serviços especializados e continuados de transporte rodoviário de cargas, sob demanda, entre as unidades deste Tribunal, bem como em outras que venham a ser instaladas pelo TRESA.

Da execução dos serviços:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Os volumes a serem transportados consistem, basicamente, em materiais de consumo, móveis, equipamentos em geral, equipamentos de informática e urnas eletrônicas;
- A execução dos serviços de transporte rodoviário de cargas ocorrerá entre as unidades da sede do TRESA localizadas na Grande Florianópolis e os 98 Zonas Eleitorais, distribuídas em 76 Municípios do Estado de Santa Catarina, bem como, eventualmente, entre as unidades da sede do TRESA e entre os Cartórios Eleitorais, ou ainda entre quaisquer Municípios do Estado de Santa Catarina.
- As unidades do TRESA, inclusive os cartórios eleitorais, efetuarão a solicitação de transporte até às 17h do dia anterior à realização coleta pela contratada;
- O envio da solicitação de transporte se dará para o e-mail informado pela empresa contratada, com cópia para a unidade de destino do TRESA, contendo como anexo a respectiva guia de remessa;
- As guias de remessa conterão os endereços de origem e de destino e a identificação das respectivas unidades, a unidade responsável pela fiscalização, a data da solicitação, além da descrição dos bens serem transportados, incluindo o valor, o peso, a quantidade, o número de patrimônio (quando se tratar de bem permanente) e demais observações cabíveis;
- Serão elaboradas guias de remessa em três vias pelas unidades responsáveis do TRESA, sendo da unidade remetente a 1ª via, da empresa contratada a 2ª via e da unidade de destino, acompanhando o volume, a 3ª via;
- Os volumes a serem remetidos pelas unidades da sede do TRESA serão coletados já embalados pela respectiva unidade, devendo a empresa contratada conferir a qualidade da embalagem. Se esta for considerada inadequada, o fato será imediatamente relatado ao servidor responsável da unidade de origem e, em se processando a coleta, será registrada observação pertinente na guia de remessa, e por ele assinada;
- Os materiais serão entregues nos respectivos destinos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recolhimento. No caso de transportes dentro da Região da Grande Florianópolis o prazo máximo será de 3 (três) dias úteis;
- Para comprovação dos serviços executados, a empresa contratada emitirá os respectivos conhecimentos de transporte, os quais, adequadamente preenchidos e assinados serão apresentados ao TRESA juntamente com as faturas mensais a que se referem, e estas deverão ser separadas por unidade de gestão.
- O cálculo dos serviços prestados será baseado na faixa de distâncias percorridas entre os Municípios, conforme classificação abaixo, e nos pesos dos volumes transportados;

Faixa	Distância	Municípios
1	01 a 50 Km	Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Tijucas.
2	51 a 100 Km	Balneário Camboriú, Imbituba, Itajaí, Itapema, Navegantes e São João Batista.
3	101 a 200Km	Balneário Piçarras, Blumenau, Bom Retiro, Braço do Norte, Brusque, Criciúma, Gaspar, Guaramirim, Içara, Imaruí, Indaial, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joinville, Laguna, Orleans, Pomerode, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Timbó, Tubarão.
4	201 a 300 Km	Araquanguá, Ibirama, Lages, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Joaquim, Sombrio, Taió, Trombudo Central, Turvo, Urussanga
5	301 a 400 Km	Anita Garibaldi, Campos Novos, Canoinhas, Curitibaanos, Fraiburgo, Itaiópolis, Mafra, Papanduva, Santa Cecília
6	401 a 500 Km	Caçador, Capinzal, Concórdia, Joaçaba, Ponte Serrada, Porto União, Tangará, Videira
7	501 a 600 Km	Abelardo Luz, Chapecó, Seara, Xanxerê, Xaxim
8	601 a 700 Km	Campo Erê, Maravilha, Modelo, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste
9	701 a 800 Km	Dionísio Cerqueira, Itapiranga.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Em razão da natureza da prestação dos serviços, não é possível o seu parcelamento. A adjudicação deve ser global, para a totalidade dos valores praticados e do tipo de serviço a ser contratado, devendo ser prestado por uma única empresa.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o fornecedor que atender a todos os requisitos deste projeto básico, relativos a preço e documentação.

- Além disso, para fins de licitação, o licitante deverá apresentar a sua proposta considerando a apresentação dos preços dos serviços conforme a distância a ser percorrida (em Km), utilizando-se o Município de Florianópolis como referência para origem ou destino em relação aos demais, e o peso dos volumes (Kg):

Faixa	Distância (Km)	Preço por Faixa de Peso						
		A: Até 5 kg	B: 5,001 a 10 Kg	C: 10,001 a 20 Kg	D: 20,001 a 30 Kg	E: 30,001 a 40 Kg	F: 40,001 a 50 Kg	G: R\$/Kg excedente e a 50 Kg
1	1 a 50							
2	51 a 100							
3	101 a 200							
4	201 a 300							
5	301 a 400							
6	401 a 500							
7	501 a 600							
8	601 a 700							
9	701 a 800							
Totais por faixa de peso								

- Na tabela a seguir deverá ser considerado o transporte de cargas acima de 100 Kg, em distância não superior a 50 Km, dentro do próprio município, em quaisquer localidades, quando, eventualmente, for realizada mudança de endereço de Cartório Eleitoral, considerando inclusive custo com carregadores e embalagens:

Faixa	Distância (Km)	Preço por Faixa de Peso	
		H: De 100,001 kg a 500 kg	I: R\$/Kg excedente acima de 500 Kg
Mesmo Município	1 a 50		

- Sempre que na coleta houver volumes para o mesmo destinatário, deverá ser cobrado o valor correspondente ao somatório dos pesos dos volumes encaminhados;
- Será pago, ainda, o percentual da taxa de seguro, definido em 0,3% (zero vírgula três por cento), incidente sobre o valor da mercadoria transportada (valor declarado pelo TRESC na guia de remessa); e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Os preços, expressos em reais, deverão incluir todas as despesas inerentes à execução dos serviços, como mão-de-obra, encargos sociais, embalagens, equipamentos, tributos e outras despesas indiretas, excluída a taxa de seguro, correspondente a 0,3% sobre o valor declarado, na guia de remessa, do bem transportado, a ser ressarcido à contratada.
- Para cálculo do preço por distância, as proponentes deverão cotar os valores unitários de cada célula obtida da intersecção entre as faixas de distância "1" a "9" e as faixas de peso "A" a "G", obtendo-se os respectivos totais por faixa de peso, bem como os valores da tabela referente a mudanças dentro do mesmo município
- Com a finalidade exclusiva de se obter o menor preço, deverá ser aplicada a fórmula abaixo, a qual considera o somatório dos totais por faixa de peso das colunas "A" a "F", mais o total da faixa de peso da coluna G considerando o valor correspondente a 20 Kg excedentes, mais os valores obtidos na tabela referente a mudanças dentro do mesmo município, considerando para a sua segunda faixa de peso 500 Kg excedentes, assim expressa:

$$PF = (Pfp\ A + Pfp\ B + Pfp\ C + Pfp\ D + Pfp\ E + Pfp\ F) + (20 \times PfpG) + PpmH + (500 \times Ppml)$$

PF = Preço final

Pfp = Preço total por faixa de peso

PfpG = Preço total por Kg excedente a 50 Kg

PpmH = Preço total por faixa de peso 100,001 Kg a 500 Kg no mesmo município

Ppml = Preço total por Kg excedente a 500 Kg no mesmo município

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

A licitação será por meio de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Não há qualquer impacto ambiental, na prestação dos serviços.

2.13. Conformidade Técnica

O serviço a ser executado deve seguir os ditames da Lei Federal n. 10.233, de 5 de junho de 2001, e com as Resoluções advindas da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

2.14. Obrigações da Proponente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Observar as exigências necessárias à prestação dos serviços pela Contratada, tais como o acondicionamento adequado dos volumes e indicação de sua fragilidade, quando for o caso; o preenchimento de guias de remessa, por destinatário, com identificação correta do conteúdo, quantidade e valor dos volumes; nome do Contratante, unidade responsável pelo envio e requisitante, nome e endereço do destinatário.

2.15.2. Efetuar, por meio dos titulares das unidades que utilizarem os serviços, a sua fiscalização quanto a integridade dos volumes transportados, quantidade, peso e prazos de entrega e coleta, e, no prazo máximo de 48h, comunicar o gestor do contrato sobre avarias e extravio de volumes, e quaisquer irregularidades que forem verificadas.

2.15.3. Atestar o recebimento dos volumes transportados por meio de conhecimento de transporte rodoviário.

2.15.4. Assegurar livre acesso aos locais onde serão realizados os serviços de entrega e coleta de volumes.

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. Efetuar as coletas, quando solicitada pelo titular da unidade de origem, e as entregas, nas unidades de destino dos volumes, inclusive nos ambientes internos dos prédios e nos prazos e horários constantes no item 3 do Projeto Básico;

2.16.2. Não receber volumes sem identificação do destinatário ou sem guia de remessa própria.

2.16.3. Respeitar a fragilidade dos materiais quando do seu manuseio e transporte, sob pena de indenização por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros.

2.16.4. Adotar as providências necessárias para sanar, no prazo máximo de 10 (dez) dias **úteis**, a contar do recebimento de notificação expedida pelo gestor do contrato, eventual extravio ou dano causado a material transportado sob sua responsabilidade, em trânsito ou em depósito, seja qual for o fato motivador:

2.16.4.1. Havendo dano, **reparar ou substituir** o material, quando for viável, dentro prazo estabelecido;

2.16.4.2 havendo extravio ou dano não sanável dentro prazo estabelecido, **indenizar** o valor do material com base no que for declarado pelo Contratante na guia de remessa.

2.16.5. Manter, para os materiais transportados, cobertura de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTC-C), a ser proporcionalmente ressarcido pelo TRESP;

2.16.6. Apresentar faturas individualizadas por unidade de fiscalização, acompanhadas dos relatórios e dos conhecimentos de transporte rodoviário correspondentes, os quais deverão conter: confirmação da entrega dos materiais com assinatura, carimbo com a identificação de cargo/função do funcionário do TRESP.

2.16.6.1 o documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica, e encaminhado por e-mail (em PDF) ao gestor do contrato do TRESP, ou na forma eletrônica, e encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua Esteves Junior, 80, Florianópolis/SC;

2.16.6.2 o conhecimento de transporte deverá conter, ainda, de forma nítida e destacada, o número da guia de remessa do respectivo setor do TRESP e o nome do Setor.

2.16.7. Manter preposto, encarregado de representar a contratada durante a execução contratual, e indicar expressamente, ao gestor do contrato, até o início da vigência, seu nome completo, e-mail e números de telefone comercial direto e celular, em atenção ao art. 68 da Lei 8.666/93.

2.16.7.1 na ocasião, a contratada também deverá informar os telefones e e-mails de todas as suas filiais no Estado de Santa Catarina.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.8. Caberá ao profissional encarregado a responsabilidade pelo recebimento e transmissão das instruções necessárias ao perfeito desempenho dos serviços contratados, prestar orientações e esclarecimentos, receber as reclamações formuladas e ter conhecimento acerca das cláusulas constantes do contrato firmado entre a empresa e o TRES.

2.16.9. Disponibilizar o número necessário de empregados para o efetivo desempenho dos serviços contratados.

2.16.9.1 os funcionários da empresa, responsáveis pela coleta e entrega, deverão apresentar-se devidamente identificados.

2.16.10. Apresentar cálculo prévio, para transporte referente a eventual mudança de endereço de cartório eleitorais ou unidades do TRES, dentro do mesmo Município.

2.16.11. Possuir, durante a vigência contratual, escritório e depósito de cargas na Grande Florianópolis.

2.16.12. Utilizar, para a execução dos serviços, veículos fechados e com capacidades adequadas aos volumes que serão transportados.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Está previsto no item 2.7 deste projeto básico.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

3263

3.1.3. Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/10/2023, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de termo aditivo, até o limite de 60 meses.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 29 de novembro de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Os gestores da contratação, dentro de cada competência da sua unidade são:

Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou superior hierárquico.

Chefe da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou superior hierárquico.

Chefe da Seção de Administração das Urnas, ou seu substituto, ou superior hierárquico.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Não se aplica a esta contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A contratação é sob demanda, ou seja, a contratada será acionada sempre que houver a necessidade de transporte de bens e equipamentos.

1.3. Instrumentos Formais

Será lavrado contrato com a empresa vencedora da licitação.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será pelas seguintes unidades:

Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou superior hierárquico.

Chefe da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou superior hierárquico.

Chefe da Seção de Administração das Urnas, ou seu substituto, ou superior hierárquico.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto após a solicitação do Pregoeiro: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e,

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas nos subitens 1.11.2 e 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.3.1. As penalidades estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “e” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESA.

1.11.3.2. Quando ocorrerem indícios de atos ilícitos praticados por empresas participantes da licitação, no curso do procedimento licitatório, caberá ao Pregoeiro encaminhar comunicação à Secretaria de Administração e Orçamento, contendo a descrição da conduta praticada e os subitens infringidos, a fim de que seja autuado processo administrativo específico de apuração de penalidade.

1.11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à aplicação de multa de mora, no valor de 0,25% ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo.

1.11.4.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.4, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução contratual.

1.11.5. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas nas Lei n. 8.666/1993 e 10.520/2002.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “e” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “e” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa